

JUVENTUDE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: OS DETERMINANTES DA ESCOLHA PROFISSIONAL E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA NOVA GERAÇÃO DE AGRICULTORES NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO – AL

José Ribeiro da Silva*
Cássio Willames da Silva Batista

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar como os jovens rurais de pequenos municípios do Agreste alagoano avaliam suas possibilidades de migração ou permanência no campo. Foram entrevistados trinta jovens rurais com idades entre 16 e 25 anos que estavam frequentando o último ano de ensino médio. Para o levantamento dos dados, foi utilizado como instrumento questionário contendo perguntas objetivas e descritivas com a finalidade de serem identificadas informações sobre os fatores que motivam ou limitam as perspectivas de permanência ou migração desse grupo no meio rural. Dados dessa pesquisa mostraram que os jovens manifestam o sonho de permanecer em suas comunidades de origem ou em centros urbanos próximos. Sonho que é abandonado, ou pelo menos prorrogado, pela necessidade de se buscar melhoria em suas condições de vida, situação que a realidade da agricultura familiar não pode oferecer atualmente. O principal motivo para migração é a inexistência de trabalho assalariado no meio rural seguindo-se das dificuldades de acesso a bens e serviços, que na maioria das vezes só encontram no meio urbano. Já no que se refere aos motivos pelos quais os jovens desejam permanecer no campo, destacam-se as relações familiares, seguido dos laços de amizade. Apesar de esses critérios serem motivos de profunda reflexão dos jovens na tomada de decisão, o dilema existente entre migrar ou permanecer é superado, na maioria das vezes, pela busca da realização de seus sonhos profissionais e pessoais.

Palavras chave: Jovens rurais. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural sustentável

Abstract

This study aimed to analyze how young people from small rural municipalities in Alagoas will assess their ability to migrate or stay in the field. We interviewed thirty rural youth aged between 16 and 25 who were attending the last year of high school. For the survey data was used as an instrument questionnaire with objective questions and descriptive in order to be identified information about the factors that motivate or limit the promise of permanence or migration of this group in rural areas. Data from this study showed that young people have shown the dream of staying in their home communities or in nearby urban centers. I dream that is abandoned, or at least extended, by the need to seek improvement in their living conditions, a situation that the reality of familiar agriculture cannot offer today. The main reason for migration is the lack of wage labor in the countryside followed by the difficulties of access to goods and services, which most often only found in urban areas. In what refers to the reasons why young people want to stay on the field stands out family relationships, followed by bonds of friendship. Although these criteria are grounds for further consideration of the young people in decision making, the dilemma between migrating and staying is overcome, in most cases, the pursuit of achieving their professional and personal dreams.

Keywords: *Rural young. Familiar agriculture. Sustainable rural development*

*Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Alagoas – Campus Satuba
jorinetos@gmail.com

Introdução

Os problemas enfrentados pelos jovens remanescentes de comunidades rurais no Brasil estão diretamente relacionados com a situação em que se expressa a agricultura familiar na atualidade, que por sua vez é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas.

É nesse contexto que o ambiente rural no agreste alagoano se insere, considerado neste estudo como um recorte do cenário nacional. O processo de modernização da agricultura trouxe ao campo uma série de transformações que dentre os seus resultados mais negativos ocasionou a marginalização da agricultura familiar, deixando essa categoria social excluída dos processos de desenvolvimento, fato que gerou e continua gerando o abandono do campo e a diminuição de agricultores comprometidos com a produção de alimentos.

Por outro lado, os recentes acontecimentos têm trazido ao cenário rural novas perspectivas que tornam o ambiente ainda mais desafiador, apontando tendências que poderão contribuir com a revalorização e ressignificação da agricultura familiar como uma categoria social importante para o desenvolvimento rural sustentável.

Para atender a essas novas tendências, torna-se urgente a necessidade do surgimento de uma nova geração de agricultores que conte com a participação dos jovens, seja como agricultores ou como profissionais que promovam no campo uma atuação empreendedora, no sentido de potencializar os desafios surgidos pelas novas dinâmicas do cenário rural como as novas ruralidades, a sustentabilidade e as políticas públicas de crédito, beneficiamento e comercialização garantindo, dessa forma, melhoria nas condições de vida das populações rurais.

Partindo-se desses argumentos, este estudo tem como objetivo analisar os desafios para que jovens rurais do município alagoano de São Sebastião possam constituir uma nova geração de agricultores com a capacidade de superar os desafios impostos pelas novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais, garantindo a reprodução dessa categoria preservando a produção de alimentos básicos, a diversificação da produção e a gestão partilhada dos bens e serviços. Para isso, tornou-se necessário analisar os critérios que determinam a escolha profissional de jovens filhos de agricultores nos municípios estudados, assim como as exigências apontadas por esses jovens na possibilidade de atuação como futuros agricultores.

Desafios e tendências da agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar como categoria social no Brasil é fruto de um longo processo histórico, cuja origem é delimitada a partir do processo de colonização do país e que só passou a ter uma identidade a partir do período de modernização da agricultura, quando as políticas modernizadoras passaram a estimular o monocultivo e a produção em escala para exportação e desvalorizar as formas tradicionais de produção que tinha como base a produção multivariada prioritariamente para o abastecimento das demandas locais. Essas informações são reforçadas por Lamarche (1997), quando afirma que “[...] a exploração familiar tem passado por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter conservador da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

Lamarche (1997) afirma ainda que as transformações ocorridas na agricultura familiar começam a ser destacadas na década de 50, efetivando-se na década de 60 com a modernização da agricultura, sendo fortalecidas com as medidas de combate à inflação a partir dos anos 80. Nesse último período, o apoio do governo às estatais começa a ser sufocado, apesar de não comprometer o desenvolvimento tecnológico. Na década de 90, surgem os primeiros resultados do apoio às pesquisas iniciadas na década de 70, acrescentando novas tecnologias no processo e tendo como características o fortalecimento das pesquisas em biotecnologia.

Estes autores reforçam ainda que entre os aspectos negativos desse processo destaca-se o êxodo rural ocorrido no país nesse período. Nas lavouras, as atividades que antes eram executadas por “turmas” passaram a ser realizadas por poucas pessoas, deixando milhões de pessoas desempregadas, que não tinham outra opção a não ser a cidade. Outro reflexo é observado na organização do trabalho familiar, o que era atividade de toda a família hoje pode ser executado por apenas uma pessoa.

Diante do exposto, Peixoto (1998) argumenta que a agricultura familiar sobrevive ocupando pequenas extensões de terra, utilizando tecnologias rudimentares e destinando a produção, em grande parte, para o consumo familiar. Além disso, também desempenha as funções de produtora de alimentos e de reservatório de mão-de-obra para os latifúndios. As limitações tecnológicas que caracterizam os produtores familiares levaram à formulação do conceito de produção para o autoconsumo, em que, praticamente, não se observa a geração de excedentes.

Segundo Mussoi (2006), a agricultura familiar, pelas suas características “(como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável) é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele”.

Mesmo diante dos desafios atuais, a agricultura familiar é forte e contribui significativamente para o desenvolvimento do país. De acordo com Lima e Figueiredo (2006), “Mesmo que não seja este o desenvolvimento que se almeje e nem a agricultura que se busca, de base ecológica. Mais no conjunto e no processo contraditório e dialético que se

estabelece em uma sociedade de classe, a agricultura familiar tem um papel e tem importância”.

Nesse contexto, tomando-se como base os dados de Toscano (2003), cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70% do feijão, 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos são produzidos pela agricultura familiar.

É inquestionável a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural. Seu potencial na atualidade vai além da produção de alimentos. Discute-se hoje o seu papel na oportunização de ocupação e renda nos espaços rurais, assim como a responsabilidade pela utilização sustentável dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva, devem ser ressaltados os recentes fenômenos que vêm acontecendo no meio rural brasileiro. “Novos espaços surgiram, permitindo que houvesse inúmeras manifestações sobre o papel da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural” (FLORES, 2002, p. 347).

Nesse sentido, Schneider (2005) afirma que desde a primeira metade dos anos 90, está surgindo uma legitimação e proeminência da agricultura familiar, que busca nos espaços políticos firmar-se como categoria social estratégica no processo de desenvolvimento rural sustentável.

Possibilidades e desafios para reprodução social da agricultura familiar

Para Carneiro (1999), a situação em que se encontra a agricultura familiar e os recentes processos econômicos que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, “[...] a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos”. Ainda segundo a autora, a situação é agravada pela “[...] situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura”.

Um dos grandes desafios que se coloca atualmente para o meio rural, de acordo com Mello et al (2003) é, portanto, a formação de uma nova geração de agricultores, o que exige um esforço permanente e articulado entre os diversos agentes e instituições que atuam nesse meio, associando-se políticas agrícolas, fundiárias e de habitação com outras dirigidas para recuperação e melhoria do nível educacional e da formação profissional dos futuros agricultores.

Nos debates em torno do desenvolvimento sustentável para o campo e para construção de um novo modelo por meio de experiências fundadas na agricultura familiar, Siliprandi (2007) ressalta a necessidade de se contemplar o máximo de elementos que girem em torno da realidade do campo. Nesse sentido, o que diz respeito às questões de

gênero e geração devem ser priorizados, pois não se permite que estas categorias sejam excluídas da participação tanto da gestão, desenvolvimento e resultados das atividades desenvolvidas pela família dentro da unidade produtiva, quanto da participação comunitária.

Por outro lado, as características de mobilidade e o desejo de viver novas aventuras, típico da juventude, é considerado por Abramovay (2005) como um dos principais instrumentos para inovação dentro da sociedade. Potencialidade que precisa ser estimuladas a partir da criação de políticas públicas que possibilitem o protagonismo e o empreendedorismo desses jovens dando viabilidade para a realização de seus anseios pessoais e profissionais.

Para Wanderley (2007), “[...] o compromisso dos jovens com a família é indispensável ao funcionamento e à reprodução da unidade produtiva e se expressa, especialmente, na sua participação no sistema de atividade familiar”. A autora explica ainda que a limitação no acesso à terra, assim como outros bens e serviços contribui para migração dos jovens que são obrigados a buscarem a realização de seus sonhos nos centros urbanos, mesmo que essa busca ocorra em meio a dilemas pessoais que giram em torno dos desafios e consequências no momento em que passa a refletir sobre as possibilidades de migrar ou permanecer no campo.

De acordo com Abramovay (2005), para que a propensão dos jovens à inovação se realize, entretanto, é necessário um ambiente social que estimule o conhecimento e favoreça que as novas ideias tenham chance de se tornar empreendimentos.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de São Sebastião, situado na mesorregião Agreste de Alagoas, no período entre junho e novembro de 2010. O município foi escolhido estrategicamente pelas características geográficas e produtivas que marcam a mesorregião e por estar localizado em uma área de transição entre a monocultura da cana-de-açúcar e a região onde há predominância da multivariação na produção de alimentos e do cultivo do fumo (considerada atividade em decadência).

O município de São Sebastião, de acordo com Mascarenhas; Brandão; Souza Jr. (2005), está localizado na mesorregião do Agreste do estado de Alagoas e na microrregião de Arapiraca, limitando-se com os municípios de Arapiraca, Junqueiro, Igreja Nova, Penedo, Teotônio Vilela, Feira Grande e Porto Real do Colégio. A área do município ocupa 305,73 km² (1,1% do território do estado).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), a população total do município é de 32.010 habitantes, desses, 12.309 (38,45%) residem no meio urbano, enquanto 19.701 (61,55%) residem em comunidades rurais. No que diz respeito ao

Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes da escolha profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL

quantitativo de jovens no município, o Censo revela que a população jovem do município entre 15 e 29 anos é de 4.531 mulheres e 4.557 homens.

Foram aplicados questionários a 30 jovens rurais com faixa etária de 16 a 25 anos, que estavam frequentando o último ano do ensino médio na Escola Estadual José Felix de Carvalho Alves. Priorizou-se esse público, por estar mais próximo da tomada de decisão sobre a carreira profissional que deseja seguir e por apresentar supostamente, melhores condições para uma análise crítica da realidade em que está inserido.

O questionário foi utilizado com a finalidade de serem levantados dados qualitativos e quantitativos sobre os fatores que motivavam ou limitavam as perspectivas de permanência desse grupo no meio rural, assim como as sugestões apontadas para que se possa garantir a sua permanência no campo como futuros agricultores e agricultoras.

Para garantia de maior espontaneidade na expressão das respostas por parte dos jovens pesquisados, não foi obrigatória a identificação no preenchimento dos questionários.

Resultados e discussão

O ambiente rural no agreste alagoano é o reflexo dos principais fenômenos históricos, políticos, sociais e econômicos que ocorreram e ocorrem ainda no cenário nacional. É urgente a necessidade do surgimento de uma nova geração de agricultores que conte com a participação dos jovens como agricultores ou como profissionais que promovam no campo uma atuação empreendedora, no sentido de potencializar os desafios surgidos pelas novas dinâmicas do cenário rural, como as novas ruralidades, a sustentabilidade e as políticas públicas de crédito, beneficiamento e comercialização.

As proporções de moças e rapazes frequentando o último ano do ensino médio são de 83% e 17% respectivamente; essa maior predominância das mulheres como concluintes do ensino médio reafirma os dados de Brumer (2007) quando diz que as moças investem mais na educação em relação aos rapazes, principalmente por estarem mais preocupadas com um emprego na cidade.

Do total de rapazes pesquisados, 60% manifestaram tendência a migrar para outros estados da federação, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto apenas 12% das moças apresentarem essa intenção. Já no que diz respeito à migração para outros municípios do estado, 24% das jovens e 20% dos jovens apresentaram essa tendência. Considerando a consolidação de seus sonhos pessoais e profissionais.

Percebe-se, nesse caso, que a possibilidade de migração para outros estados da federação está mais relacionada aos jovens do sexo masculino. Por outro lado, a migração para outros municípios dentro do próprio estado de Alagoas, principalmente com destino à capital, parece ser mais uma pretensão das mulheres apesar de haver equilíbrio entre os dois gêneros.

Apesar das tendências migratórias, os jovens, independentemente do sexo, gostariam de morar e construir suas vidas em seu local de origem, as comunidades rurais em que vivem, estendendo seus projetos de vida no máximo até a sede do município em que moram. O desejo de permanecer na localidade é manifestado por 17% dos jovens, enquanto morar na sede do município é o desejo de 10% dos entrevistados.

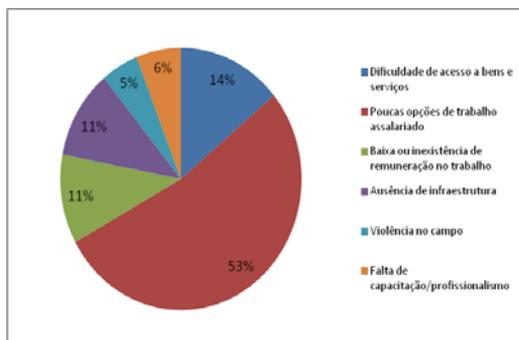
Para Wanderley (2007), o fato de esses jovens não pretenderem se afastar muito do seu local de origem pode configurar um apego, principalmente das mulheres, aos laços familiares e ou de amizade, a permanência em um local próximo e conhecido ou por uma avaliação positiva da qualidade de vida no campo.

Por razões diversas, esse sonho é abandonado, principalmente pela necessidade de se buscar uma melhoria nas condições de vida, fato que nem sempre é possível de ser conquistado em seu local de origem. De acordo com Brumer (2007), os motivos da emigração apresentam duas ordens: de um lado pelas vantagens da vida urbana como o trabalho assalariado identificado como (fatores de atração) e, por outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão).

O fato de querer permanecer no local, manifestado pelos jovens, pode ser considerado uma possibilidade de poder contribuir com a agricultura de base familiar e conseqüentemente com o desenvolvimento local e sustentável, independentemente da profissão que deseje seguir.

No que diz respeito aos motivos que despertam nos jovens rurais do município de São Sebastião-AL o desejo de migrar ou permanecer no campo estão apresentados nas Figuras 01 e 02 respectivamente. É possível afirmar que de acordo com os dados apresentados, o principal motivo para migração é a inexistência de trabalho assalariado no meio rural. Seguindo-se das dificuldades de acesso a bens e serviços, e ao trabalho remunerado, que na maioria das vezes só encontram no meio urbano.

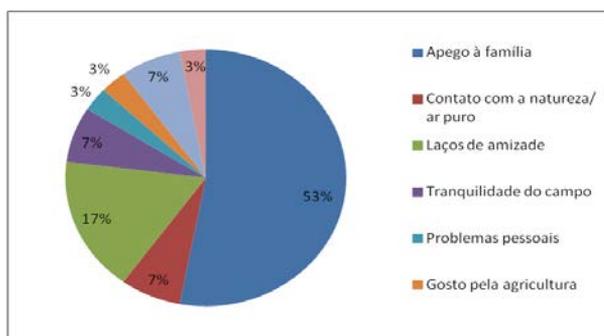
Gráfico 1 - Motivos pelos quais os jovens rurais migrariam de seu lugar de origem



Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes da escolha profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL

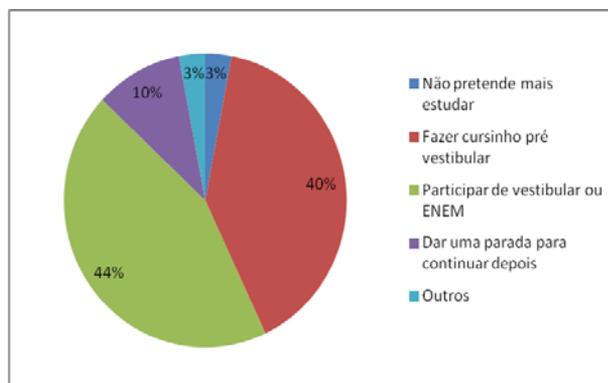
Já no que se refere aos motivos pelos quais os jovens desejam permanecer no campo, destacam-se as relações familiares, seguido dos laços de amizade. Apesar de esses critérios se tornarem motivos de profunda reflexão dos jovens na tomada de decisão, a simples opção de migrar ou permanecer é superada, na maioria das vezes, pela busca da realização de seus sonhos profissionais e pessoais, como já fora visto. Esse aspecto reforça os estudos de Wanderley (2007) quando afirma que “[...] a migração frequentemente pode vir a ser, não o caminho para a realização dos sonhos, mas um meio para escapar de alguma forma, das restrições da vida local, tanto no plano familiar quanto no plano da sociedade local”.

Gráfico 2 - Motivos pelos quais os jovens não gostariam de migrar do meio rural



O estudo revelou, também, que a maioria dos jovens pensa em dar continuidade aos estudos seguindo carreira acadêmica e universitária. Pelos dados do Gráfico 3, pode-se afirmar que pelo menos 84% dos jovens apresentam a pretensão em dar continuidade aos estudos, estes afirmaram que irão participar de processo de seleção para ingresso em alguma Universidade via vestibular ou Enem, enquanto outros pretendem se preparar mais, frequentando cursinho pré-vestibular, para que possam participar do processo em um futuro próximo.

Gráfico 3 - Possibilidade de os jovens rurais continuarem seus estudos

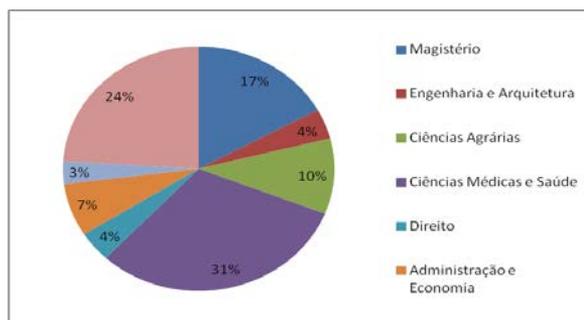


Dados do Gráfico 4 apontam que entre as áreas e profissões desejadas pelos jovens, destacam-se principalmente as relacionadas à área de Saúde (medicina, enfermagem, auxiliar de enfermagem, agente comunitário de saúde, dentista, psicólogo e etc.) e ao Magistério (professor de biologia, educação física e etc.). Com menor número de opções, destaca-se também a profissão de Médico Veterinário dentro das Ciências Agrárias, opção de 10% dos jovens estudados. Outras preferências, só que em menor número, giram em torno das áreas de Administração e Economia (Auditor, Administrador), Arquitetura, Direito (juiz, Advogado, Policial Federal) e Artes. Apesar disso, um grande número de entrevistados, 24%, ainda não definiu que carreira profissional ou formação acadêmica pretende seguir.

Esses dados refletem a diversidade de perspectivas profissionais apresentadas pelos jovens em estudo, poucas possuem relação direta com a agricultura, porém não afastam a possibilidade de essas profissões contribuírem para a melhoria da qualidade de vida e bem estar no campo.

Gráfico 4 - Opções profissionais dos jovens rurais

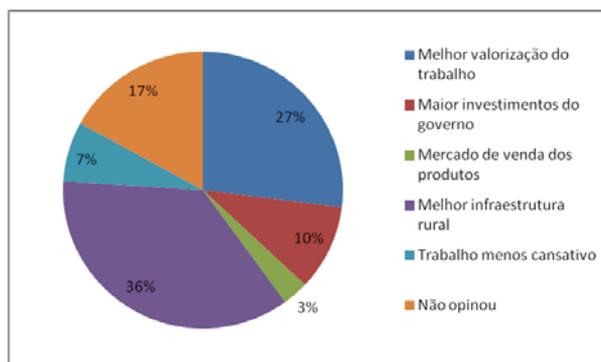
Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes da escolha profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL



De acordo com dados do Gráfico 5, a opção de ser agricultor não é a profissão idealizada por 80% dos jovens estudados, pelo menos no momento. Apesar disso, 20% desses jovens manifestaram interesse em seguir essa profissão, argumentando as tradições, relações familiares e a qualidade de vida no campo como elementos que podem possibilitar essa escolha no futuro.

Na possibilidade de se tornarem agricultores e agricultoras no futuro, de acordo com o Gráfico 5, os jovens estudados apresentaram como principais exigências a melhoria da infraestrutura rural representando uma melhoria nas condições de estradas, transportes, abastecimento de água, energia elétrica, melhoria nas instalações e funcionamento dos serviços públicos, principalmente de educação e saúde.

Gráfico 5 - Exigências dos jovens na possibilidade de se tornarem agricultores no futuro



Percebe-se, ainda de acordo com a Gráfico 5, que outras exigências dizem respeito à valorização do trabalho agrícola, proporcionado por uma melhoria nos preços dos produtos agrícolas e pela utilização de tecnologias que tornem o trabalho menos cansativo e mais produtivo.

Considerações Finais

Os resultados deste estudo reforçam uma série de outros estudos já realizados em outras regiões no Brasil, que têm como foco as dinâmicas da agricultura familiar ao longo do tempo e o comportamento dos jovens diante desse processo.

A juventude, assim como outras categorias sociais, é desconsiderada como possível protagonista do desenvolvimento local e regional. Esse fato tem levado à falta de interesse desses jovens pelas atividades agrícolas e pelo campo. A criação e implantação das políticas públicas atuais, apesar de possuírem sua importância, não conseguiram até hoje atender aos anseios e às perspectivas dos jovens de comunidades rurais.

Dados desta pesquisa mostraram que os jovens manifestam o sonho de permanecer em suas comunidades de origem ou em centros urbanos próximos. Sonho que é abandonado, ou pelo menos prorrogado, pela necessidade de se buscar melhoria em suas condições de vida. Situação que a realidade da agricultura não pode oferecer atualmente.

O desejo dos jovens rurais em seguir uma carreira profissional não ligada diretamente à agricultura não significa o afastamento de suas origens rurais. As novas dinâmicas da agricultura no Brasil, as aproximações do rural com o urbano e principalmente as novas abordagens sobre o desenvolvimento local sustentável sugerem uma visão mais ampla sobre o espaço e que qualquer que seja a área de concentração ela pode contribuir significativamente com a melhoria da qualidade de vida no campo.

As possibilidades de reprodução da agricultura de base familiar ou o fortalecimento desse segmento no município de São Sebastião (AL), de acordo com este estudo, estão relacionadas à necessidade de melhoria da infraestrutura rural e à implantação de tecnologias que minimizem o esforço e o desgaste físico dos agricultores e que garantam uma remuneração justa pelo trabalho realizado.

O reconhecimento da importância da agricultura de base familiar, por parte dos órgãos públicos e privados, como estratégica para geração de emprego e renda no campo, assim como para a produção de alimentos seguros, é o primeiro passo para a criação e execução de políticas públicas que proporcionem aos jovens a oportunidade de visualizar a agricultura como uma das várias possibilidades profissionais para busca de um futuro com dignidade e qualidade de vida.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude rural: ampliando as oportunidades, In: **Raízes da terra**: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, abril 2005, ano 1, n. 1.

Disponível em:

<<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>>. Acesso em: 10 set. 2011.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1999.

FLORES, Murilo. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq./Paralelo. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006.

MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; SOUZA JR., Luiz Carlos de. Diagnóstico do Município de São Sebastião. In: Ministério de Minas e Energia. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado de Alagoas**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2005.

MELLO, M. A. et al. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In: CONGRESSO DA SOBER, 41, Juiz de Fora, jul. 2003.

MUSSOI, Eros Morion. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006.

PEIXOTO, Sérgio Elísio. Histórico da agricultura familiar no Brasil. **Revista Bahia Agrícola**, Brasília, v. 2. 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: contribuições ao Debate**. Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v.2, n.1, fev. 2007, p. 845-849.



TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Diário de Votuporanga, ano 50, n. 12, 9 out. 2003, p. 2. Disponível em:
<<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 14 maio. 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21 – 33.